



Contas Nacionais
número 57

Sistema de Contas Regionais

Brasil

2015

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa do Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais
Rebeca de La Rocque Palis

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 57

Contas Regionais do Brasil

2015

Rio de Janeiro
2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 Contas Nacionais

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais Brasil relativos às Tabelas de Recursos e Usos; Contas Econômicas Integradas; Sistema de Contas Regionais Brasil; Produto Interno Bruto dos Municípios; Matriz de Insumo-Produto; e Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo.

© IBGE. 2017

Sumário

Apresentação	4
Introdução.....	5
Referências.....	7
Glossário.....	9

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, dá continuidade ao projeto de elaboração de estimativas do Produto Interno Bruto - PIB de cada Unidade da Federação, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com as Contas Nacionais do Brasil.

A série 2010 do Sistema de Contas Regionais Brasil tem sua metodologia e base de dados completamente integradas com a série do Sistema de Contas Nacionais Brasil - referência 2010. Incorporaram-se, integralmente, os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 2006, de pesquisas econômicas anuais nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, e de pesquisas domiciliares, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizadas pelo IBGE. Esta série utiliza dados anuais de instituições externas, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, obtidos pela Secretaria da Receita Federal, e adota uma classificação de atividades compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

As tabelas divulgadas nesta publicação compreendem informações sobre a composição e evolução do PIB de cada Unidade da Federação, calculadas a partir de estatísticas sobre o valor anual da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto de cada atividade econômica.

Os dados divulgados permitem, ainda, estimar o valor adicionado bruto anual, por atividade, expresso em valores correntes e constantes, e o PIB, avaliado a preço de mercado, de cada Unidade da Federação.

No portal da internet do IBGE, encontra-se disponível informações por Unidade da Federação do PIB pela ótica da renda e a série do PIB pela ótica da produção retropolado até o ano de 2002. A metodologia de elaboração do Sistema de Contas Regionais encontra-se descrita, de forma detalhada, na Série Relatórios Metodológicos.

O IBGE agradece a todos que participaram da elaboração deste trabalho, em especial aos membros da Comissão Técnica, instituída com as atribuições de cooperar sobre procedimentos metodológicos; propor procedimentos nos trabalhos de cálculo do Sistema de Contas Regionais, segundo a metodologia do Sistema de Contas Regionais do IBGE; e atestar que os resultados elaborados pelos estados estão compatíveis com a metodologia proposta pelo IBGE para a construção do Sistema de Contas Regionais Brasil.

Claudio Dutra Crespo

Diretor de Pesquisas

Introdução

A disponibilidade de informações que retratem a realidade socioeconômica regional vem se constituindo numa exigência cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas.

O atual contexto de crescente globalização das economias tem contribuído decisivamente para as constantes transformações que vêm ocorrendo no âmbito das atividades produtivas e das estratégias competitivas das empresas. Estas, procurando acompanhar a tendência atual de formação de blocos econômicos de países, com reflexos sobre a especialização produtiva de cada Unidade da Federação ou região, precisam conhecer as informações referentes à performance e às capacidades das economias de cada unidade produtiva, para poderem definir suas estratégias de expansão e de localização.

Da mesma forma, essas informações têm sido demandadas pelos estudiosos dos problemas relacionados com a questão federativa, que procuram entender a dinâmica dos desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira.

O IBGE desenvolve um programa de trabalho conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatística, para a construção de um Sistema de Contas, por Unidade da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável, no tempo e no espaço, atendendo à demanda por informações regionalizadas.

Para isso, a metodologia adotada no Sistema de Contas Regionais foi uniformizada, por Unidade da Federação, e integrada à metodologia adotada pelo IBGE no Sistema de Contas Nacionais.

Em virtude das particularidades das unidades federativas, decidiu-se que, em sua primeira etapa, a estimação de um Sistema de Contas Regionais deveria restringir-se à elaboração, apenas, da conta de produção das principais atividades econômicas, em consonância com a metodologia nacional, apresentando as informações referentes ao processo de geração da renda regional, cujo valor-síntese foi expresso pelo Produto Interno Bruto - PIB. Na revisão para o ano de referência 2010, também foi incluído mais uma ótica do sistema de contas, o PIB pela ótica da renda.

As últimas mudanças de ano de referência foram publicadas em 2007 e 2015. Em 2007, a base que tinha como referência o último ano de realização dos Censos Econômicos, isto é, 1985 passou para o ano 2000. Em geral, a escolha do ano de referência deve recair sobre um ano para o qual se disponha de dados suficientes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da conta de produção e renda de todos os estados. Já na última reformulação, o ano de referência é 2010 e incorpora as recomendações internacionais expressas no manual internacional *System of national accounts 2008 - SNA 08*.

A atualização de uma série de Contas Regionais, usualmente referida como mudança de referência, é, normalmente, compreendida como a modificação dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do PIB dos estados e de seus componentes. Quando se realiza a chamada "mudança de referência" incorpora-se,

também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados, mudanças metodológicas e resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos.

Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales. Guatemala: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal: Banco de Guatemala, 2006. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminário Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. 68 p. Disponível em: <http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/3/26983/actualizacionscn93_aeg.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

BALANCE of payments manual. 5th ed. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, c1993. 188 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/bopman/bopman.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtml>>. Acesso em: nov. 2017.

CONTAS regionais do Brasil: Ano de referência 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 68 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2013/default.shtml>>. Acesso em: nov. 2017.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: nov. 2017.

GOVERNMENT finance statistics manual 2014. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2014. 446 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sta/gfsm>>. Acesso em: nov. 2017.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 4. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, 2008. 291 p. (Statistical papers. Series M, n. 4, rev. 4). Disponível em: <<http://www.concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: nov. 2017.

MONETARY and financial statistics manual. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, c2000. 157 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/mfs/manual/index.htm>>. Acesso em: nov. 2017.

NATIONAL accounts: a practical introduction. New York: United Nations, Statistics Division, 2004. (Studies in methods. Series F, n. 85). 139 p. Acima do título: Handbook of national accounting. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/seriesF_85.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

PETROLEUM & other liquids. Prices. Washington, DC: U.S. Energy Information Administration - EIA, 2015. Disponível em: <<http://www.eia.gov/petroleum/data.cfm>>. Acesso em: nov. 2017.

SÉRUZIER, M. *Construire les comptes de la nation: selon le SCN 1993*. 753 p. Paris: Economica, 1966. (Économie et statistiques avancées).

SISTEMA de contas nacionais do Brasil: Ano de referência 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 3ª edição. 236 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2017.

SYSTEM of national accounts 1993. Luxembourg: Commission of the European Communities - Eurostat, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios da Comissão das Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas - ONU e Banco Mundial. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>>. Acesso em: nov. 2017.

SYSTEM of national accounts 2008. New York: United Nations, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas - ONU, Comissão Europeia - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e Banco Mundial. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>>. Acesso em: nov. 2017.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *UNdata*. New York: UNSD, 2015. Disponível em: <<http://data.un.org/Explorer.aspx?d=SNA>>. Acesso em: nov. 2017.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (do Inglês Free on Board, que exclui as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto, a preços CIF (do Inglês Cost, Insurance and Freight, que inclui despesas com fretes e seguros).

apoio diagnóstico e terapêutico Grupo de procedimentos médicos e de saúde utilizados como atividades complementares ao diagnóstico (exames de diagnóstico que complementam o exame clínico) e tratamento (procedimentos terapêuticos que dão suporte e complementam outras medidas terapêuticas, como, por exemplo, hemoterapia, oxigenoterapia e nutrição enteral).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais Resultado operacional líquido menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído também o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

coeficiente de assimetria de Bowley Relação, na sua formulação clássica, definida entre a soma do primeiro quartil com o terceiro quartil menos duas vezes a mediana e a diferença entre o terceiro e o primeiro quartis.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo final efetivo do governo Despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação da Patrimônio do Servidor Público - Pasep.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta, maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

deflator do PIB Variação média dos preços da economia no período em relação à média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

despesas de consumo final do governo Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

diálise Técnica de tratamento usada na insuficiência renal. A função ausente ou deficiente do rim do paciente é compensada por uma técnica de "filtragem" e limpeza do sangue do paciente por meio de equipamento (hemodiálise) ou uso de líquidos especiais introduzidos no abdome (diálise peritoneal).

entradas de mercadorias Mercadorias e insumos adquiridos para a comercialização/industrialização ou para a prestação de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

especialidade farmacêutica Produto oriundo da indústria farmacêutica, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e disponível no mercado.

estabelecimento de saúde com internação Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas à acomodação de pacientes para permanência por um período mínimo de 24 horas. Os hospitais-dia não são considerados unidades com internação.

estabelecimento de saúde sem internação Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas ao atendimento de pessoas em tipo de não internação (atendimento ambulatorial ou de emergência).

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

farmoquímico Substância química ativa usada como insumo na produção de medicamentos.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

Government finance statistics manual Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

hemoterapia Serviço de terapia por meio da utilização de derivados do sangue.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

métodos gráficos Exames usados principalmente nas áreas de cardiologia, pneumologia e neurologia, nos quais a função dos órgãos examinados é representada graficamente. Os exemplos mais conhecidos são o eletrocardiograma para a função do coração, as provas de função pulmonar para avaliar as atividades do pulmão, e o eletroencefalograma para a atividade cerebral.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

orçamento da seguridade social Orçamento que abrange todas as entidades, fundos e fundações da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder público, vinculados à seguridade social. O orçamento da seguridade social integra a Lei Orçamentária Anual.

orçamento fiscal Orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento fiscal integra a Lei Orçamentária Anual.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (Censo Demográfico) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

procedimento (médico ou de saúde) Qualquer intervenção ou ação executada por médico ou profissional de saúde no sentido de prevenir a doença (aplicação de vacina, por exemplo); curar (cirurgia de vias biliares, por exemplo); ou reabilitar o paciente (consulta de fisioterapia, por exemplo).

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

quimioterapia Serviço de terapia com a utilização de quimioterápicos.

radiodiagnóstico Técnicas de diagnóstico baseadas no uso de radiação como, por exemplo, radiografias e tomografias computadorizadas.

radioterapia Serviço de terapia utilizada, principalmente, no tratamento do câncer, e que consiste na aplicação de radiação na região do tumor.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

regime de caixa Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

regime de competência Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta 1. Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo.

2. Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos), que não pode ser identificada separadamente se proveniente do capital ou do trabalho.

restos a pagar Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

resultado operacional líquido Receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo. Capta todos os custos correntes das operações governamentais. O resultado operacional bruto corresponde a receita menos despesa distinta do consumo de capital fixo.

resultado primário ou capacidade ou necessidade líquida de financiamento primária Indicador de capacidade ou necessidade de financiamento menos as despesas de juros líquidas.

saídas de mercadorias Mercadorias ou serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (Sifim) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

sistema único de saúde - SUS Criado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, é um sistema de atenção à saúde universal e cobre toda a população brasileira. É financiado com recursos públicos provenientes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). O SUS é responsável pela oferta de serviços de saúde à população em todos os níveis de atenção (promoção, prevenção, curativa e reabilitação). A rede de serviços de saúde do SUS compreende estabelecimentos de propriedade do setor público e estabelecimentos privados e filantrópicos conveniados ao SUS. Além de oferecer atenção à saúde individual, inclusive farmacêutica, o SUS é responsável por ações que promovem a

saúde coletiva da população, as quais incluem participação na preparação de recursos humanos para a saúde, saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica, vigilância nutricional e vigilância sanitária.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

System of national accounts Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis, baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a apuração de indicadores, como o Produto Interno Bruto - PIB, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

território econômico Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

turismo médico Viagem de pessoa não residente para realização de tratamento ou intervenção de saúde. O tratamento ou intervenção geralmente é financiado pela própria pessoa e pode não existir – ou ser oferecido a preço mais alto e/ou qualidade inferior – em seu país de origem. Há indicações de que é comum na área de cirurgia estética.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

valor adicionado fiscal Valor das saídas de mercadorias mais o valor das prestações de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação deduzidos dos valores das entradas de mercadorias e insumos utilizados.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Comissão técnica

Rebeca de La Rocque Palis

Alex Ribeiro

Ana Cláudia de Azevedo Monteiro

Alessandra Soares da Poça

Cláudia Baptista Ferreira Pereira

Dinamar Maria Ferreira Marques

Eliandres Pereira Saldanha

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

João Paulo Caetano Santos

Juarez Meneghetti

José Dias de Carvalho Zurutuza

Maria Gláucia Pacheco Moreira

Martinho Roberto Lazzari

Milton Antonio do Nascimento

Raimundo de Souza Leal Filho

Renato Mendes Freitas

Ricardo Kureski

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poça

Amanda Mergulhão Santos Barros

Amanda Rodrigues Tavares

André Artur Pompéia Cavalcanti

André Rodrigues Pereira

Bárbara de Oliveira Brasil Correa

Camila Unis Krepsky

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Carmen Maria Gadea de Souza

Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte

Cláudia Coelho Reis

Claudia Dionisio Esterminio

Cristiano de Almeida Martins

Daniel Rodrigues Caetano

Douglas Moura Guanabara

Evaldo Gomes Rangel

Felipe de Oliveira Sampaio

Filipe de Mattos Molina Napoleão Ferreira (Estagiário)

Filipe Keuper Rodrigues Pereira

Flávia Caheté Lopes Carvalho

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Gabriela Cavalcanti de Araújo Martins

Guilherme Cunha Coutinho Barros
Guilherme Halusca Rodrigues de Sá
Guilherme Spinato Morlin
Gustavo Chalhoub Garcez
Hugo Araújo Saramago
João Hallak Neto
José Luiz de Moraes Ferreira Louzada
Júlio César Siqueira
Katia Namir Machado Barros
Luiz Antonio do Nascimento de Sá
Luiz Fernando de Faria Pereira
Luiz Gustavo Velloso Castello (Estagiário)
Márcio Resende Ferrari Alves
Marcos Paulo Laranja Ribeiro
Matheus Pereira Albudane (Estagiário)
Michel Vieira Lapip
Patrícia Schmitt Fontenelle
Paula Mendonça Arruda
Paulo Henrique Polly Montaya
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de La Rocque Palis
Ricardo de Souza Ribeiro
Ricardo Montes Moraes
Rodrigo Vieira Ventura
Samuel Cruz dos Santos
Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos
Valdilson Batista de Moraes
Vera Lúcia Duarte Magalhães
Victor Hugo Martins Bello Honaiser

Colaboradores

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Gerência de Editoração

Estruturação textual do Informativo

Katia Vaz Cavalcanti
Fernanda Jardim
Marisa Sigolo

Projeto gráfico do Informativo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana Chagas Moreira
Juliana da Silva Gomes
Kleiton Moura Silva (Estagiário)

Lioara Mandoju
Nadia Bernuci dos Santos
Solange de Oliveira Santos
Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de resumos indicativos

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes

Órgãos Estaduais de Estatística

Rondônia

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Hilda Coêlho Gomes Denny
Teresa Cristina Simoni

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

Arlene de Nazaré Silva Pessoa
Claudia Lima Saldanha
Shirley Brana Vilela

Amazonas

Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI

Casemiro Rodrigues de Souza
Eliezer da Silva Pinto
Francisco Alves de Freitas
Julio Afonso Filho
Valéria da Silva Fonseca

Roraima

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

Fabio Rodrigues Martinez
Milton Antonio do Nascimento
Natalino Araújo Paiva

Pará

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA

José Dias de Carvalho Zurutuza
Maria Glaucia Pacheco Moreira

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento

Carlos José Gonçalves Neves
Leila Sílvia Sacramento Balieiro de Souza

Oneide da Cruz Pinheiro
Regina Célis Martins Ferreira
Vanete dos Santos Palmeira

Tocantins

Secretaria do Planejamento e Orçamento

Geiziane Pereira da Cunha
Grazielle Azevedo Evangelista
Kézia Araújo Dias

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC

Anderson Nunes Silva
Dionatan Silva Carvalho
Rafael Thalysson Costa Silva

Piauí

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO

Alcides Martins Nunes Filho
Delso Ribeiro de Carvalho
Evaristo Alves dos Reis Junior
Manfredi Mendes de Cerqueira Junior

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Fátima Juvenal de Souza
Margarida Maria Sérgio do Nascimento
Nicolino Trompieri Neto
Witalo Lima Paiva

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Gerência Executiva de Desenvolvimento Municipal e Regional

Janayna Maria Carvalho Alves
Leilah Silva Barros
Rosimélia Lima Santos de Araújo
Simone Ana Olímpio

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

André Luiz da Silva
Bruno Braga Gomes dos Santos
Claudia Baptista Ferreira Pereira
Daniel Oliveira Paiva da Silva
Diogo Machado Lima.
Fernando Mota Maia Neto
Laudécina Alves Pereira
Rodolfo Guimarães Regueira da Silva
Wilson Grimaldi

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG

Gilvandro Freitas
Marcia Nubia Barbosa Lopes
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG

Josefa Maria Góis de Mello
Márcia de Andrade Bastos

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Carol Araújo Vieira
Denis Veloso da Silva
João Paulo Caetano Santos
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva
Simone Borges Medeiros Pereira

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações - FJP

Carla Cristina Aguilar de Souza
Glauber Flaviano Silveira
Marco Paulo Vianna Franco
Maria Aparecida Sales Souza Santos
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa da Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Edna Morais Tresinari
Gustavo Ribeiro

Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores do Rio de Janeiro - CEPERJ

Armando de Souza Filho
Rodrigo Santos Martins
Seráfita Azeredo Avila

São Paulo

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

José Roberto Rodrigues
Maria Rosa Borin
Odete Ferreira Salsa
Regiane Lenardon
Vagner Bessa

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Adriane Isabelle Fagundes dos Santos
Cassiano Correa de Oliveira
Ricardo Kureski

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Planejamento - SPG

Alex Ribeiro
Carlos Mestre Crespo Luz
Paulo Zoldan - SEFAZ/SC

Rio Grande do Sul

Fundação de Economia e Estatística - FEE

Alessandro Donadio Miebach
Carlos Bertolli de Gouveia
César Conceição
Fernando Ioannides Lopes da Cruz
Guilherme Risco
Juarez Meneghetti
Martinho Roberto Lazzari
Roberto Rocha
Vinícius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEMADE

Eliandres Pereira Saldanha
Renato Prado Siqueira

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN

Breno Augusto de Barros Antunes
Eduardo Matsubara
Elieai Carrias da Silva

Goiás

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB/SEGPLAN/GO

Dinamar Maria Ferreira Marques
Jalda Claudino
Juliana Dias Lopes
Rafael dos Reis Costa

Distrito Federal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Clarissa Jahns Schlabitx
Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira
Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro
Ana Maria Oliveira de Souza
Edimary Porto Dias
Evelyne Lima de Souza
Patry Marques Boscá
Renato Mendes Freitas